

Jornal da Tarde

15/7/1986

A batalha de Leme

“UM DELITO, UMA VIOLÊNCIA.”

Esta é a definição do ministro da Justiça para a atuação dos deputados do PT nos piquetes

"É um delito, uma violência". Assim, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, definiu, após avistar-se com o presidente Sarney, a participação de parlamentares do PT em piquetes em Leme. Ele disse que os deputados poderão ser enquadrados na Lei de Segurança Nacional e sustentou que os primeiros disparos do tiroteio ocorrido na sexta-feira partiram do Opala azul, pertencente à Assembléia Legislativa paulista, e ocupado pelos parlamentares, os quais portanto, segundo Brossard, estavam armados.

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, também esteve ontem com o presidente da República. Ele qualificou o episódio de "lamentável", e defendeu a necessidade "de bem apurar para melhor punir". O incidente "é problema da polícia. Ao que sei, a situação está sendo investigada". O general Leônidas não quis comentar as versões sobre o envolvimento da CUT e do PT: "Há investigações e acusações mútuas. O melhor que temos a fazer é procedermos a investigações e aplicações da punição que a lei prescreve".

Por sua vez, o ministro da Justiça afirmou que "uma pessoa de alta projeção política" está pressionando testemunhas dos incidentes para mudarem seus depoimentos na polícia, de forma a encobrir a participação da CUT e do PT. Brossard disse saber quem está pressionando, "mas prefiro não revelar o nome".

"Pelo natural interesse que o tema desperta", observou Brossard, "a Polícia Federal está acompanhando as investigações." Ressaltou, porém, que a responsabilidade do inquérito está afeta à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, cujo titular, Eduardo Mulyaert, confirmou-lhe ontem cedo as pressões sobre as testemunhas do episódio. Antes disso, a denúncia chegou ao seu conhecimento através do diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (DPF), delegado Romeu Tuma.

De acordo com o ministro, ficará a cargo da Justiça decidir se o caso envolve crime de segurança nacional, e em caso da aplicação da lei, a seu ver, os parlamentares envolvidos não gozarão de imunidade, uma vez comprovada a sua culpa. "A imunidade diz respeito a palavras, votos e opiniões no exercício do mandato", observou. Ele contou que o incidente, "grave e profundamente lamentável", teve seu início num Opala com placa da Assembléia Legislativa do Estado no qual estavam alguns deputados do PT.

Segundo o ministro, o presidente Sarney ainda está chocado com o que aconteceu, preferindo no entanto não comentar as suas palavras. "Fazemos votos para que algo dessa natureza não se repita. E profundamente lamentável que tenha ocorrido num momento em que se esforça para normalidade democrática do País."

Em Porto Alegre, os presidentes da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Luís Roberto Andrade Ponte, e da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, César Rogério Valente, defenderam ontem a punição rigorosa dos integrantes da CUT e do PT, presentes aos incidentes de Leme.

Manifestando seu integral apoio às posições do ministro Paulo Brossard, "um homem com quem a Nação tem a felicidade de contar neste momento", César Valente sustentou que a lei precisa ser aplicada com todo o rigor, para a manutenção da ordem.

O comandante-geral da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, coronel Nilso Narvaz, condenou os radicalismos verificados em Leme, e frisou que pregações antidemocráticas vêm ocorrendo também no Sul. Citou como exemplo as ameaças feitas pelos "sem terras" — cujos movimentos são dirigidos pelo PT, pela CUT e por religiosos —, de que a reforma agrária pode ser feita "com sangue". "Eles disseram isso com alto-falantes em frente ao palácio do governo do Estado, e ainda acusam o governo de não ser democrático."

Ele reiterou que a Brigada Militar está atenta às ameaças de novas invasões de terras no Estado, assegurando que elas não serão permitidas: "Se invadirem, nós tiraremos, pois essa é a nossa obrigação legal".

(Página 11)